

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.987 - MG (2019/0274351-3)

RECORRENTE : ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO : ANTÔNIO CARLOS DINIZ MURTA - MG047521
RECORRIDO : RODOVIARIO TRANSASSIS LTDA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo Estado de Minas Gerais, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Na origem, o Estado de Minas Gerais ajuizou execução fiscal, apontando o valor da causa de R\$ 54.681,26, em novembro de 2005 (fl. 1), em face de Rodoviário Transassis Ltda.

O feito foi extinto com o reconhecimento da prescrição.

Interposto recurso de apelação, o Relator negou-lhe seguimento e, interposto agravo interno, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais negou-lhe provimento, sob o fundamento da ocorrência de desídia e inércia exclusiva da parte exequente para a ocorrência da prescrição, não havendo que se falar em violação do disposto no art. 25 da Lei n. 6.830/1980 (prévia intimação pessoal). O acórdão recebeu a seguinte ementa:

AGRAVO INTERNO - APELAÇÃO CÍVEL/REMESSA NECESSÁRIA - EXECUÇÃO FISCAL - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - CONFIGURAÇÃO - DESÍDIA DA FAZENDA PÚBLICA - RECURSO DESPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME - APLICAÇÃO DE MULTA.

1. Preenchidos os requisitos do artigo 40 da LEF, quedando-se a Fazenda Estadual inerte, correta a sentença que julgou extinto o feito executivo por prescrição intercorrente, sendo que, dando-se a suspensão do processo a pedido do exequente, mostra-se desnecessária a intimação pessoal da determinação de suspensão ou mesmo da decisão automática de arquivamento do feito, inexistindo afronta ao artigo 25 do citado diploma legal.

2. O acórdão que julgar o agravo interno manifestamente improcedente, por votação unânime, condenará o agravante ao pagamento de multa, nos termos do artigo 1.021, § 4º do NCPC/15, independente de abuso de direito ou de má-fé.

3. Recurso desprovido com aplicação de multa.

Contra o acórdão acima ementado, o Estado de Minas Gerais interpôs o presente recurso especial, apontando a violação dos arts. 40, § 1º, e 25, ambos da Lei n. 6.830/1980, sustentando, em síntese, que o Tribunal de origem deveria ter afastado a ocorrência da prescrição, considerando que após o arquivamento dos autos deveria ter havido a intimação pessoal da Fazenda Pública previamente à decretação da prescrição.

É o relatório. Decido.

Sobre a alegada violação dos arts. 40 e 25, ambos da Lei n. 6.830/1980, o recurso não comporta provimento.

Superior Tribunal de Justiça

Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça, quando do julgamento do REsp n. 1.340.553/RS, em acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015, fixou o entendimento de que, independentemente de requerimento da Fazenda Pública ou de pronúciamento judicial, com o transcurso do prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato.

Ademais, restou decidido, no referido julgamento, que, em consonância com o princípio da instrumentalidade das formas, a Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos, ao alegar nulidade pela falta de intimação no procedimento do art. 40 da Lei n. 6.830/1980, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu, sustentando a existência de causa interruptiva ou suspensiva da prescrição.

É que, conforme restou consignado quando do julgamento do repetitivo, a jurisprudência evoluiu da necessidade imperiosa de prévia oitiva da Fazenda Pública para a análise da utilidade da manifestação fazendária na primeira oportunidade em que fala nos autos a fim de ilidir a prescrição intercorrente.

Ocorre que, no presente caso, a Fazenda Pública alegou apenas a necessidade de prévia intimação pessoal, sem declinar causa que interferiria no cálculo da prescrição.

Cite-se a ementa do julgado:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTE DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80).

1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais.

2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "*Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente*".

3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no *caput*, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada

Superior Tribunal de Justiça

a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, *caput*, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, *ex lege*.

4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973):

4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução;

4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução.

4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução.

4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato;

4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, *v.g.*, a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo – mesmo depois de escoados os referidos prazos –, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição que requereu a providência frutífera.

4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da

Superior Tribunal de Justiça

LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição.

4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa.

5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973).

(REsp n. 1.340.553/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, julgado em 12/9/2018, DJe 16/10/2018.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator